

# Entre História e Memória: as comemorações da “Revolução” de 31 de Março no jornal *O Estado de Mato Grosso* (1972-1977)

Between History and Memory: the commemorations of the “Revolution” of March 31 in the newspaper *O Estado de Mato Grosso* (1972-1977)

**Janaina Bruning Azevedo**

Doutoranda em História

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

bruningnina@gmail.com

**Recebido:** 19/12/2024

**Aprovado:** 21/08/2025

**Resumo:** As comemorações da “Revolução” de 31 de março de 1964 são um acontecimento que marcou os anos da ditadura militar no Brasil. Não obstante, é percebido no jornal *O Estado de Mato Grosso* uma narrativa de “revolução democrática” sendo construída se comparado aos discursos proferidos aos acontecimentos nos países vizinhos, como Argentina e Chile que, semelhante ao Brasil, enfrentaram tentativas de golpes de Estado. A questão proposta para este artigo é: as comemorações anunciadas e representadas pelo periódico poderiam construir uma memória positiva e legitimadora da autoridade do regime e ao mesmo tempo favorecer um distanciamento, político e social, entre o cenário brasileiro e o contexto internacional? A hipótese que será defendida é que o jornal *O Estado de Mato Grosso*, no recorte de 1972 a 1977, ajudou a construir uma memória legitimadora da ditadura, e, ao mesmo tempo, esta memória foi usada como uma ferramenta política para se idealizar um distanciamento entre os discursos nacionais e internacionais sobre o período. Pesquisadores sobre o conceito de memória e sua relação com a história, como Pierre Nora, Michael Pollak e Paul Ricoeur, serão essenciais para analisar e compreender como essa memória foi construída, ano após ano, nas páginas do jornal acerca dessas comemorações.

**Palavras-chave:** Comemorações; Memória; Golpe; Ditadura.

**Abstract:** The commemorations of the “revolution” of March 31, 1964, are an event that marked the years of the military dictatorship in Brazil. Nevertheless, a narrative of a “democratic revolution” was being constructed in the newspaper *O Estado de Mato Grosso* when compared to the discourses given about the events in neighboring countries, such as Argentina and Chile, which, similar to Brazil, faced their own attempted of *coup d'état*. The question proposed for this article is: could the celebrations announced and represented by the newspaper construct a positive and legitimizing memory of the authority of the regime and at the same time favor a political and social distance between the Brazilian

scenario and the international context? The hypothesis that will be defended is that the newspaper *O Estado de Mato Grosso*, in the period from 1972 to 1977, helped the construction of a legitimizing memory of the dictatorship, but, at the same time, this memory was a political tool used to create a distance between national and international discourses about the period. Researchers on the concept of memory and its relationship with history, such as Pierre Nora, Michael Pollak and Paul Ricoeur, will be essential to analyze and understand how this legitimizing memory was constructed, year after year, in the pages of the newspaper about these commemorations.

**Keywords:** Commemorations; Memory; Coup; Dictatorship.

## Introdução

O golpe de 1964 completou 60 anos em 2024. Não muito tempo antes, sob governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2021), a data de 31 de março chegou a ser celebrada pelo então presidente e seus apoiadores. Durante o seu tempo na presidência e nos dias de hoje, pedidos de intervenção militar e o retorno da ditadura são assuntos defendidos por uma parcela de brasileiros. Além disso, o termo “Revolução” ainda é usado por pessoas alinhadas às políticas da extrema-direita. Pensar como a data da “Revolução” era celebrada e o que isso poderia significar durante os anos da ditadura militar no Brasil é também um caminho para se compreender o tempo presente. Os tempos já não são mais os mesmos. Como Koselleck (2014, p. 24) afirma, “a experiência de repetição e o processamento de singularidades sempre se refere a gerações contemporâneas, que se comunicam e trocam experiências”. A contemporaneidade do que já não é mais contemporâneo se manifesta nesses indícios, estratos de outros tempos, em nosso cotidiano. Sobre isso, Koselleck explica que esses “fenômenos de repetição que ultrapassam os limites do cotidiano podem ser chamados de “transcendentais”. [...] “Transcendentais” não no sentido de um além, mas no sentido de que se estendem por várias gerações” (2014, p. 25). Isto é, vai além das simultâneas gerações do mesmo tempo da ditadura, transcende até as gerações que viveram parte ou aquelas que não viveram absolutamente nada do regime militar. Nesse sentido, “a experiência receptiva da realidade, de um lado, e a exploração e verificação dessa realidade vivida, de outro, se condicionam reciprocamente, são indissociáveis” (2014, p. 28).

O objetivo deste artigo é analisar como o jornal *O Estado de Mato Grosso* (1939-1999?) apresenta um discurso que, para o Brasil, os anos de 1964 a 1985 conferiram-se uma “Revolução” enquanto nas narrativas sobre o contexto dos países vizinhos, como Argentina e Chile, não se poupava em usar o termo “Golpe”.<sup>1</sup> Para isso, a pergunta norteadora é: as comemorações da “Revolução de 31 de março”

<sup>1</sup> Termo usado pelo jornal para se referir aos cenários políticos da Argentina e Chile a partir do final da década de 1960 e com maior recorrência na década de 1970.

anunciadas pelo periódico poderiam construir uma memória positiva e legitimadora da autoridade do regime e ao mesmo tempo favorecer um distanciamento, político e social, entre o cenário brasileiro e o contexto internacional? A hipótese que será defendida é que *O Estado de Mato Grosso*, no recorte de 1972 a 1977, através dos discursos das comemorações dos “aniversários da Revolução” ajudou a impulsionar a construção de uma memória legitimadora da ditadura, mas que, ao mesmo tempo, foi uma memória construída como ferramenta política usada para idealizar um distanciamento entre os discursos nacionais e internacionais sobre o período.

A escolha deste recorte se corresponde a dois motivos: primeiro, esta é uma pesquisa em seu estágio inicial de doutoramento, e este artigo foi escrito durante o levantamento de dados da fonte na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Arquivo Público de Mato Grosso no ano de 2024; segundo, *O Estado de Mato Grosso* apresenta notícias sobre os golpes de Estado nos países como Chile e Argentina, e estes se concretizando em 1973 e 1976, respectivamente. A fonte também revela, em 1977, um pouco mais de informações do momento pós-golpe militar em ambos os países. Dessa forma, o artigo irá abordar cinco tópicos ao longo de suas páginas: 1) o conceito de comemoração na historiografia no Brasil e no mundo; 2) o estudo e uso de jornais como fonte e objeto em pesquisas históricas, e uma breve apresentação do *O Estado de Mato Grosso*; 3) as comemorações da “Revolução de 31 de março” nas páginas desse periódico; os golpes de Estado nos países Argentina e Chile na década de 1970 através deste jornal; 5) e uma aproximação teórica do conceito de memória com a história para responder a pergunta que direcionou essa pesquisa a uma hipótese. Nessa parte, Pierre Nora, Michael Pollak e Paul Ricoeur são importantes nomes para se perceber e analisar a relação entre história e memória.

## O estudo das comemorações na historiografia

Essa parte se interessa pela compreensão acerca do conceito de *comemorações* que, por sua vez, apresenta-se relativamente pouco explorado pela historiografia brasileira. Os estudos sobre as comemorações se reduzem quando o recorte é voltado para o estado de Mato Grosso no período da ditadura no Brasil.<sup>2</sup> No campo nacional, para citar um nome que trabalha este conceito, é a

<sup>2</sup> Ao pesquisar em sites de buscas acadêmicas, como Google Acadêmico e Academia.edu, não foram encontrados nenhum trabalho que articule especificamente o conceito de comemoração com a ditadura militar no Estado de Mato Grosso. No entanto, além desses citados no corpo do artigo, há o trabalho de Ana Carolina Zimmermann, sua dissertação intitulada *O 31 de Março e a invenção da “Revolução”: Comemorações e atitudes sociais nos aniversários do golpe de 1964 durante a ditadura militar*

historiadora Janaina Martins Cordeiro. Doutora em História pela Universidade Federal de Fluminense, a tese defendida em 2012 com o título *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*, investiga as comemorações realizadas ao longo de 1972. Assim ela escreve ainda em sua introdução:

[...] desde janeiro de 1972 vivia-se no país sob a expectativa do início das comemorações: datas como a abertura dos portos em 1808 ou o dia do Fico, em nove de janeiro de 1822, foram celebradas. Heróis e batalhas regionais foram rememorados: por exemplo, Joana Angélica e o 2 de julho na Bahia; no Pará, as comemorações se estenderam até 1973, já que é o ano de 1823 que marca a adesão daquela região à Independência. Transcendendo o 1822, outras datas importantes foram lembradas: no Recife comemorou-se a batalha dos Guararapes; no Rio Grande do Sul, a Farroupilha não pôde ficar de fora; mesmo a Abolição da Escravidão e o Dia do Soldado, com amplas homenagens ao Duque de Caxias – apenas uma dentre as muitas ocasiões nas quais o papel histórico das Forças Armadas foi rememorado –, não ficaram de fora do grandioso calendário cívico de 1972 (Cordeiro, 2012, p. 18).

A historiadora pesquisou outras comemorações com o objetivo de compreender os processos de construção do consenso social em torno da ditadura militar brasileira. O que a autora entende por comemorações é importante e serve para outras datas celebrativas, como no caso deste artigo, que são os aniversários da “Revolução de 31 de março” de 1964 marcado no jornal *O Estado de Mato Grosso*. Cordeiro afirma que “o governo e setores expressivos da sociedade viveram [...] um ano inteiro de comemorações e festas em que, ao mesmo tempo evocavam valores, tradições, [...] realizavam uma orgulhosa comemoração do tempo presente, seus progressos e suas conquistas” (Cordeiro, 2012, p. 19-20). Para ela, “em todo tipo de festa popular, a participação do Estado se faz presente e é fundamental no sentido de organizar e conferir significado ao evento” (2012, p. 29). As comemorações foram, em suas palavras, “um momento fundamental para compreendermos importantes diálogos que a ditadura foi capaz de estabelecer com a sociedade e as continuidades com relação ao passado e permite, afinal, compreendermos a ditadura” (Cordeiro, 2012, p. 31). Ela ainda ressalva que é também possível de se observar nas comemorações “a adesão e o engajamento ativo ao regime, mas também, a variedade de reações possíveis diante da ditadura” (Cordeiro, 2012, p. 31).

Outra pesquisadora brasileira sobre as celebrações da “Revolução” de 31 de março é a Lucileide Costa Cardoso. O artigo *Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”*, de 2011, faz uma análise de 1964 a 1999 com o intuito de conferir as “concepções históricas, os sentidos e caráter das celebrações” e

---

*brasileira*, defendida em 2023 na Universidade Federal de Minas Gerais. Zimmermann, por sua vez, utiliza jornais da grande imprensa em sua pesquisa.

como isso poderia resultar na “estruturação pensamentos anticomunistas e autoritário em disputa da memória por uma determinada apropriação do passado” (Cardoso, 2011). A historiadora assim averigua:

Por volta do 14º aniversário da ‘revolução’, antes da reedição desse texto, a Presidência da República preparou uma coletânea de artigos reunidos no livro *O Processo Revolucionário Brasileiro* (1969).<sup>2</sup> A intenção foi celebrar o quinto aniversário da ‘revolução’, fornecendo explicações históricas, consolidadas em estudos e julgamentos de militares e intelectuais que pensaram à ‘Revolução Democrática Brasileira’. De acordo com o livro, a vitória do ‘movimento cívico-militar’ foi decorrente de numerosas tentativas fracassadas em épocas anteriores, fortalecida por causas imediatas que tinham desencadeado ‘emoções populares’ (Cardoso, 2011, p. 119).

A partir da citação, percebe-se a participação direta do Estado brasileiro pela figura do então presidente na busca de dar um sentido, uma significação, para os aniversários da “Revolução”. A autora afirma que “a ‘revolução de 1964’ contou com chefes militares institucionalizados, investidos de suas prerrogativas e limitações, estruturadas nas linhas rígidas da hierarquia” (Cardoso, 2011, p. 122). Ela também sugere que “os aniversários da ‘revolução de 1964’ são momentos de ampla produção e difusão de escritos que buscam sentido para o passado” (Cardoso, 2011, p. 126). A partir do que ela chama de escritos, pode-se incluir os jornais e, no caso deste artigo, o periódico mato-grossense *O Estado de Mato Grosso*.

Nessa relação de história, comemoração e memória, o antropólogo francês Jöel Candau em seu livro *Memória e Identidade*, 2011, defende que em eventos como as comemorações o que se pode observar “é uma memória supostamente compartilhada, evocada, invocada e proposta à celebração em um projeto integrador que busca forjar uma unidade: aquela imaginada do acontecimento comemorado e do grupo que o comemora” (Candau, 2011, p. 149). Segundo o autor, “a “comemorativite” talvez responda ao mesmo tempo a um temor do passado e uma negação do presente” (Candau, 2011, p. 149). Ele destaca que essas datas celebrativas podem apresentar mais de um objetivo numa sociedade, isto é, podem provocar “legitimização, valorização, conjuração, exclusão, adesão aos acontecimentos fundadores” (Candau, 2011, p. 147). Desse modo, é possível considerar que as comemorações, aquelas celebradas pela sociedade e noticiadas pelo *O Estado de Mato Grosso* são alvo de uma seleção feita pelo governo militar para atuar com um determinado objetivo. Com uma ampla circulação pelo Estado de Mato Grosso, divulgar e comemorar em suas páginas era, então, um meio de difundir os ideais e posicionamento do regime militar àquela data. O jornal impresso, logo, tornou-se uma ferramenta de poder, visto que a data de 31 de março foi escolhida pelo Estado, não pelo jornal, para ser celebrada e

noticiada anualmente pelo periódico. E, possivelmente, na escolha de celebrar algo, consequentemente, partes dos eventos comemorativos foram postas em esquecimento. Ademais, Jeanne Marie Gagnebin em seu livro *Lembrar, Escrever e Esquecer*, publicado em 2006, afirma que “existem também outras formas de esquecimento, duvidosas: não saber, saber mas não querer saber, fazer de conta que não se sabe, denegar, recalcar” (Gagnebin, 2006, p. 101). Com isso em mente, é possível considerar e até imaginar o quanto existe de não-dito na história de uma sociedade e na construção de sua memória, já que o processo de seleção implica diretamente em deixar algo de fora.

Essa análise considera o papel do Estado nas comemorações e seu impacto na construção de uma memória legitimadora da ditadura, especialmente nas festividades dos aniversários da “Revolução”. Com isso, poderá se compreender também a função política da memória construída a partir das celebrações na tentativa de criar um distanciamento entre os discursos nacionais e internacionais apresentados pelo jornal no período de 1972 a 1977.

Além disso, diversos historiadores e pesquisadores discutem os conceitos de golpe e “revolução” no Brasil. Embora este artigo não se aprofunde nesse debate, é importante citar nomes relevantes, como Carlos Fico (2017) e Lucília de Almeida Neves Delgado (2009), que analisam o golpe de 1964 sob diferentes perspectivas. Assim, este trabalho reconhece, desde o início, que o Brasil vivenciou um golpe militar em 31 de março de 1964.

### A História e a pesquisa com jornais

No artigo *História da Imprensa: algumas considerações metodológicas*, de 2012, a historiadora Renée Baratta Zicman propõe ao pesquisador e apresenta a importância de se levar em consideração a fórmula “trás, dentro, e em frente” do jornal, e assim a define:

O “atrás” do jornal é tudo aquilo que contribui à sua realização e intervém no seu controle: sociedade proprietária, empresa editora e corpo de redatores e jornalistas. Por “dentro” do jornal entende-se as características formais da publicação, o estilo de apresentação das matérias e notícias, o quadro redacional [...], a publicidade, a parte redacional [...] e as principais tendências da publicação. Finalmente o “em frente” do jornal diz respeito à audiência da publicação ou ainda seu público leitor alvo (Zicman, 2012, p. 92)

O método “desenvolve-se a partir de temas ou itens de significação relativos a um determinado objeto de estudo e analisado em termos de sua presença e frequência de aparecimento nos textos analisados” (Zicman, 2012, p. 95). Já a historiadora Tânia Regina de Luca, em seu texto *A história dos*,

*nos, e por meio dos periódicos*, de 2008, relata que há uma riqueza de possibilidades de abordagens nos periódicos. “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê, sendo assim, também ‘as funções sociais desses impressos’” (Luca, 2008, p. 132). Como pode ser observado, tem crescido o número de pesquisas que utilizam um periódico como fonte e objeto nos últimos anos.

A utilização de um jornal em estudos que analisam a construção de uma memória na ditadura ou em outros evento históricos, é algo que também vem ganhando espaço entre os pesquisadores brasileiros. Um deles é o Marcos Napolitano, que em seu artigo de 2017, *A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)*, constata que “a memória construída pelos jornais não apenas ajudou a elaborar e veicular imagens hegemônicas de longa duração sobre a ditadura, mas também construiu uma autoimagem quase sempre heroica dos próprios jornais no período” (2017, p. 349) Ele propõe que a imprensa também detinha o poder da construção de uma memória social. Afirma que:

os jornais brasileiros constituem uma fonte e um objeto historiográfico ricos e instigantes. Não apenas porque permitem mapear a posição do campo liberal em seus diversos matizes em relação ao regime militar, mas também porque traduzem processos complexos e sutis de construção de memória social sobre o período (Napolitano, 2017, p. 349).

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta, em seu artigo *A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969*, de 2013, assinala que “o estudo da grande imprensa assume importância particular por sua capacidade de influenciar a formação da opinião, ou melhor, das opiniões do público e da sociedade, em uma época em que a televisão ainda estava em consolidação” (Sá Motta, 2013, p. 63). Sobre os jornais da grande imprensa, Motta profere: “trata-se de compreender sua atitude diante do regime militar, levando em conta o papel da imprensa na divulgação de informações, ideias e valores, com potencial para construir consensos, mas, também, para mobilizar a oposição” (Sá Motta, 2013, p. 65). Confere a aceitação de que “a imprensa contribuiu indiretamente para a continuidade do regime militar, embora alguns de seus veículos prefiram, hoje, cultivar outro tipo de memória sobre o período” (Sá Motta, 2013, p. 84). Dito isso, qualquer pesquisa que ter como fonte/objeto algum jornal nesse período é necessário considerar as mudanças de tons nas críticas ou elogios dirigidos ao regime militar, muitas vezes visto como ambiguidade, além das disputas de narrativas e da posição ideológica e política aderida pelo editorial daquela imprensa.

Por conseguinte, o jornal *O Estado de Mato Grosso* pode ser conferido pelo site da Biblioteca Nacional, na Hemeroteca Digital, ou em consultas presenciais no Arquivo Público de Mato Grosso. No entanto, somente há disponível da Hemeroteca Digital as edições que cobrem cronologicamente de 1939 a 1979, depois há um salto temporal, e então pode ser conferido virtualmente as publicações de 1985. Fundado em 1939 pelo jornalista Archimedes Pereira Lima, a longevidade deste periódico foi de 60 anos.

No artigo publicado pelo professor historiador Edvaldo Corrêa Sotana da Universidade Federal de Mato Grosso, intitulado de *João Goulart nas páginas d'O Estado de Mato Grosso (1961-1964)*, de 2019, assinala ao leitor que Archimedes, por sua vez, utilizou-se do periódico em seus anos anteriores ao golpe de 1964 “como instrumento para propaganda favorável a Getúlio Vargas e ao regime” (Sotana, 2019, p. 409). No ano que antecede ao golpe, a sede deste jornal estava localizada em Cuiabá “na Rua 13 de junho, 218. Redação, administração e oficinas ficavam no mesmo endereço” (Sotana, 2019, p. 410). Como o historiador aponta, por trás das divisões editoriais presentes nas páginas do periódico encontravam-se os nomes “José de Araújo, responsável pela editora de Política; Celso Barcelos, Sociedade; Pedro Silva, Esporte; P. R. Jucá, Local; Fernando Borges, Rádio; Nivaldo Figueiredo, Ensino. Já a oficina era comandada por Libânia Leite da Silva” (Sotana, 2019, p. 412). Em 1963, o então chefe-editor do jornal decidiu fazer algumas mudanças gráficas, “visando apresentar “uma página mais moderna” aos leitores, a partir dali com sete colunas separadas por linhas verticais”. (Sotana, 2019, p. 412) Os exemplares possuem uma quantidade variada de paginação de uma década para outra. Nos anos 60, existem edições de 4 a 6 páginas, já em meados dos anos 70, sobe para o mínimo de 8 e algumas passando de 10 páginas.

Com a expansão das políticas do Plano Nacional de Integração (PIN) para a região do Centro-Oeste na década de 1970, sobretudo em Mato Grosso nas regiões menos povoada, os colonizadores-empresários, financiados e apoiados pelo governo militar, buscavam modernizar e civilizar. Nesse período de “aparente expansão econômica”, houve também um desenvolvimento no Estado de Mato Grosso, inclusive a criação de novas cidades e a modernização das já existentes (Abreu, 2015; Vitale, 2024; Amedi, 2012). Sob o discurso de desenvolvimento e modernização, o jornal *O Estado de Mato Grosso* também passou por mudanças, inclusive de endereço. Depois da construção de uma nova sede e de importação de novos maquinários da Alemanha Ocidental, em 1974 se encontrava em depois pontos da cidade de Cuiabá: o setor responsável pela circulação estava na Rua Joaquim Murtinho, n.

2069, sala D, enquanto a administração, redação e oficinas estavam localizadas na esquina da Rua Filinto Muller com a Rua Cursino do Amarante. Vale a ressalva que este periódico não é da grande imprensa, mas a sua circulação esteve presente em todas as cidades de Mato Grosso de 1939, ano de sua fundação, até 1999. Além disso, nos anos 70, possuía representantes nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, e São Paulo (*OEMT*, 3 de set. de 1974, p. 2). Por fim, foi feita a escolha de que o jornal será citado nas referências do corpo pela sigla *OEMT*.

### **O jornal e as comemorações da “Revolução de 31 de março” de 1964**

A análise será feita de 1972 a 1977 e corresponde a um recorte dentro do período da ditadura no Brasil (1964-1985). Nesse período foram encontrados um total de 31 menções às comemorações do aniversário da “Revolução” distribuídas em 19 edições do jornal. A maior parte delas possui duas ou três páginas mencionando as festividades da data. Como levantamento dessas publicações do jornal, optou-se por iniciar a busca contando cinco dias antes e depois do dia 31 de março. Contudo, por ser um artigo, apenas algumas dessas referências encontradas serão analisadas e discutidas.

Por conseguinte, em 1972, no dia 25 de março já se anunciava que “Médici falará a nação no dia 31” (*OEMT*. 25 de mar., 1972, p. 3) sobre o oitavo aniversário deste “movimento revolucionário”. O texto que o segue apresenta ao leitor que:

A fala presidencial será transmitida em cadeia nacional de rádio e televisão em preto e branco, embora nesse mesmo dia seja inaugurada oficialmente a TV a cores. Na parte da manhã, o presidente inaugurará o Hospital das Forças Armadas (*OEMT*. 25 de mar., 1972, p. 3).

Nesta referência ao dia 31, percebe-se o que será discursado pelo então presidente neste dia quanto as inaugurações de obras e a instalação de TV em cores, por exemplo, representam uma imagem positiva dos progressos e modernização desse “movimento revolucionário” que começou em 1964. Também revela o uso da mídia, tal como o rádio e a TV, como ferramentas de divulgação do programa modernizador desse aparente progresso. E, por “cadeia nacional”, comprehende-se a intenção de fisgar o máximo de pessoas para escutarem ou assistirem aos anúncios das inaugurações, possibilitando atingir um público mais diversificado por meio de mídias diferentes, inclusive o público de jornais impressos.

No ano de 1973, a primeira página do dia 31 de março anuncia em grande título: “Fragelli: Mato Grosso na Revolução de 64” (OEMT. 31 de mar., 1973, p. 1). O texto que confere a essa chamada relata um dos posicionamentos do então governador e assim teria falado nas primeiras linhas desta edição: “Devemos à Revolução de 64, que garantiu a democracia com ordem, que assegurou um regime de participação popular nos destinos da nação, que não fugiu de nenhum compromisso com as motivações de nosso destino” (OEMT, 31 de mar., 1973, p. 1). As palavras “revolução” e “democracia”, para citar novamente Koselleck, são conceitos políticos e sociais que “tornam-se instrumentos de controle do movimento histórico. [...] Com isso, a forma funcional da linguagem sociopolítica se modifica” (Koselleck, 2015, p. 299). Dessa forma, esses termos são usados pelo jornal para representar os discursos dos ditadores como forma de legitimar o regime pela linguagem. Isto é, a linguagem desses posicionamentos tem poder e função política na sociedade. E é a partir desse tipo de discurso apresentado que vemos uma forte disputa de memória sendo travada até nos dias de hoje. Os conceitos de “revolução” e “democracia” são postos em questão e em disputa por essas construções de memória do período.

Ainda no mesmo ano, no dia 1 de abril, dois títulos se destacam da seguinte maneira “Médici: Revolução veio para Reformar” e “Revolução. Início de um Processo” (OEMT. 1 de abr., 1973, p. 1). Referente ao primeiro título, um trecho do texto publicado no periódico indica a seguinte fala do então presidente “Longe de caracterizar-se como uma simples revolução política, exaurível na mera substituição do poder, o movimento revolucionário de 31 de março [...] definiu-se, por conseguinte, desde os seus primórdios como ampla e irredutível cruzada reformista” (OEMT. 1 de abr., 1973, p. 1). O texto quanto ao segundo título traz afirmações do ministro da Marinha, o almirante Adalberto Barros Nunes, enaltecedo a “revolução” e os pontos positivos para a modernização do país. Sobre essas falas divulgadas no jornal deve se ater à atenção de que, por mais que o periódico tenha se mostrado coerente em sua narrativa de apoio e alinhamento ideológico e político com o regime nesse recorte de 1972 a 1977, é possível um discurso ser interpretado de várias formas ao sair de seu local de produção. Alguma palavra, frase, conceito, pode ter sido retirado ou acrescentado por quem editou essas publicações.<sup>3</sup> Dessa forma, a construção de memória, então, é manipulada a partir do que quer

<sup>3</sup> Muitas das publicações em suas páginas não possuem assinatura de quem redigiu o texto. O jornal anuncia, em um pequeno espaço, quem eram os responsáveis trabalhando no editorial deste ano, mas não se pode afirmar de quem foi. Por exemplo, no mês de abril de 1973, *O Estado de Mato Grosso* tinha Pedro Rocha Jucá como redator-chefe, mas a pesquisa por parte do Setor de Redação estava por conta de Agostinho Hideaki Nohama. Nome o qual não foi possível descobrir quem era e se seu envolvimento era maior do que este. No entanto, sabe-se que Jucá era um jornalista e político, bastante influente

ser lembrado, e o que precisa ser esquecido é deixado de lado ou superado. Ela é enquadrada numa função política de legitimar a autoridade do regime.

Em 1974, uma pequena mensagem logo na página inicial faz um convite a população se juntar às comemorações do “décimo aniversário da revolução”. Tendo como remetente o então governador, José Fragelli, a publicação diz que ele “têm o prazer de convidar as autoridades e o povo em geral para assistirem a Missa Solene em Ação de Graças que mandarão celebrar na Capital Metropolitana [...] pela passagem do 10º aniversário da Revolução de março de 1964 (OEMT. 28 de mar., 1974, p. 1). No dia 29 de março, o mesmo convite é reforçado em outra publicação na primeira página (OEMT. 29 de mar., 1974, p. 1). Já no dia 31, o jornal destaca “Fragelli: 64 é apenas um Ponto de Referência a Que Nunca Mais devemos voltar” (OEMT. 31 de mar. de 1974, p. 1), no texto escrito abaixo, é assim que o então governador do Estado teria dito:

O Brasil de 64 se tornou apenas uma imagem, agora apagada, não mais uma ideia que nos sobressai, mas apenas um ponto de referência daquilo a que nunca devemos voltar, um ponto de partida para aquilo que conquistamos e de que nunca mais devemos sair. [...] (OEMT. 31 de mar., 1974, p. 1).

Ao se pronunciar, o governador elenca em sua fala as conquistas nesses dez anos de “revolução”. Também elucida a quem estava o escutando as dificuldades iniciais. O relembrar pelo seu discurso ao seu leitor e ouvinte sobre a importância de 64 como um ponto de referência, apresenta em suas palavras o fator de luta ao esquecimento. Nessa luta, quase dialética, afirma-se a aparente positividade dessa “revolução” que legitima esta nova autoridade e fortalece a construção de uma memória positiva do período. Não obstante, isso também demonstra e reforça o argumento de quanto o Estado, fosse ele pela figura do governador ou do presidente em vigência, estava engajado em transformar os significados e representações das comemorações da “revolução” apresentadas no jornal em um lugar de construção de uma memória com finalidades políticas.

No ano seguinte, já em 1975, também foi um ano pouco generoso nas edições que se remetem ao aniversário da “Revolução” do dia 31 de março. A publicação do dia 1 de abril anuncia que “Cuiabá comemorou o 11º aniversário da Revolução” (OEMT. 1 de abr., 1975, p. 1). Nessa parte, o jornal sob o subtítulo de “A Revolução”, menciona que “O ano de 1964 iniciou-se, para o povo brasileiro, sob

---

na região, e mantinha contatos com outros políticos do Estado. Além disso, na década de 1970, apresentação dos temas abordados em suas edições estavam organizados sob as seções *Local, Nacional, Internacional, Variedades, e Esportes*, com uma média de 8 a 12 páginas cada exemplar.

uma atmosfera de angústia e temor. O panorama político-social justificava a aflição que lhe dominava a alma” (OEMT, 1 de abr., 1975, p. 1). Assim continua: “O grande trabalho dos Governos da Revolução, tem sido pois, o esclarecimento, pela verdade dos fatos, da consciência popular sempre propensa, pela boa fé, a aceitar esta propaganda negativa” (OEMT, 1 de abr., 1975 p. 3). O “grande trabalho dos governos” é tentar construir uma memória suficiente a fim de legitimar esses trabalhos e sua autoridade. A imprensa como ferramenta política do Estado tenta construir uma narrativa oficiosa ao período, em que somente as supostas “glórias da revolução” são comemoradas. Reconhecem que para comemorar o dia 31 de março é preciso, ao mesmo tempo, negar ou esquecer alguma coisa.

Em 1976, um título mais o centro da primeira página, chama a atenção: “Revolução: Comemoração no 16º Batalhão”. O texto que o segue anuncia os horários de cada atividade da programação em Cuiabá. “Às 8:00 horas hasteamento da Bandeira Nacional; às 9:00 horas, cultos religiosos, católicos, protestantes e espírita”. Mais abaixo destaca que “Joaquim Alves Bastos, comandante do 16º Batalhão de Caçadores fará uma leitura alusiva à data, rememorando os acontecimentos que motivaram o movimento revolucionário de 31 de março de 1964” (OEMT, 31 de mar. de 1976, p. 1). Se ainda não tinha ficado claro o envolvimento de religiosos nas comemorações, essa manchete clama até pelos protestantes e espíritas, logo, por meio das religiões esperava-se fisgar uma parte da população civil nesses eventos. No esporte, Mixto, de Cuiabá, e Operário, de Várzea Grande, estavam garantidos em um jogo amistoso em “homenagem à Revolução” (OEMT, 31 de mar. de 1976, p. 7). No dia seguinte, mais uma matéria destaca o 16º Batalhão de Caçadores na rememoração de sua participação na “Revolução”. O texto informa: “Com um “bom dia”, o comandante [...] lembrou que há doze anos os soldados da mencionada unidade militar cuiabana avançavam em direção de Brasília, por terra e por ar, a fim de cumprir seu papel histórico na Revolução” (OEMT, 1 de abr. de 1976, p. 1). E novamente na edição de 2 de abril, na parte que corresponde à coluna intitulada de Editorial, publica um texto enaltecendo e relembrando a participação do 16º BC (OEMT, 2 de abr. de 1976, p. 6). Dessa forma, demonstra uma repetição e uma necessidade de manter vivo o envolvimento dos militares de Cuiabá no que atualmente compreendemos por golpe militar. As menções podem remontar, inclusive, uma forma de controlar e construir novas memórias sobre o dia 31 de março.

Por fim, em 1977, um dia antes da 13ª comemoração da “Revolução”, o título anuncia “Aniversário da Revolução: Comemorações se iniciam” (OEMT, 30 de mar. de 1977, p. 1). Dessa vez, alguns membros da Liga de Defesa Nacional também foram citados como organizadores, ao lado do

16º BC. Como no ano anterior, a manchete visa informar seu leitor sobre a programação das atividades dessa comemoração. No dia 31 de março, sob redação de Inês Correa Nunes da Cunha, membro da Liga de Defesa Nacional, o título anuncia “A Democracia e a Revolução”. Ela escreve:

Participar é dever de todos. Fazer parte é um hábito que deve começar a amadurecer no coração de cada brasileiro. Nesta data, neste momento que o País começa a se firmar nos princípios definitivos e práticos da sua revolução sócio-econômico-cultural mais do que nunca cultivar o hábito de fazer parte. [...] A subversão se responde com Revolução. [...] Democracia pressupõe o senso construtivo de toda uma Nação. [...] Continuamos vigilantes. [...] Esta data é para todos. Dos que confiam e desejam um Brasil adulto e verdadeiramente soberano (OEMT, 31 de mar. de 1977, p. 10).

Com essa citação, pode-se compreender que a intenção é reforçar o envolvimento dos civis tanto nas comemorações quanto no apoio social. “Fazer parte” e “participar”, conferem sentidos de reconhecimento e legitimidade da autoridade do governo militar. Quando se faz parte, logo, a chamada “subversão” não coloca em risco a “Revolução”. Se não desejava ou confiava em um “Brasil adulto e verdadeiramente soberano”, se classificava então como subversivo.

Na próxima parte deste artigo demonstraremos como os termos golpe de Estado ou golpe militar são usados pelo jornal para falar do contexto da Argentina e Chile na década de 1970 de modo a compreender como os discursos sobre os “aniversários da Revolução” registrados no periódico mato-grossense ajudou a criar um distanciamento e até evitar que semelhanças fossem atribuídas entre o Brasil e seus vizinhos, além da tentativa de construir uma memória positiva e que legitimava o governo militar.

### **O jornal mato-grossense entre golpes: os casos da Argentina e Chile**

A cada aniversário da “Revolução” apresentado pelo jornal *O Estado de Mato Grosso* acerca do dia 31 de março é possível observar que este a descreve, em muitos momentos, como salvação da nação, mas não somente, percebe-se um discurso sobre uma luta a favor de uma democracia. Pelo olhar deste jornal, a palavra *golpe* não cabe ao contexto do momento que o Brasil se encontrava, mas sim, uma “Revolução Democrática”. Não obstante, quando comparado aos países vizinhos da América do Sul, o jornal fala abertamente em golpe militar ou em golpe de Estado quando se refere aos problemas políticos enfrentados pelo Chile e Argentina nos anos 70.

O objetivo aqui é demonstrar como o jornal apresenta os discursos sobre o golpe militar ou golpe de Estado nos dois países. De 1972 a 1977, foram encontradas 37 menções que incorporam essas expressões em suas notícias. 25 delas se referem à Argentina, e outras 12 são sobre o Chile. Novamente, apenas algumas dessas edições serão trabalhadas. Mas antes de se adentrar na fonte, uma breve contextualização acerca do cenário social e político de ambos os países é necessária e importante.

A começar pelo Chile, o golpe militar de 1973 não foi apenas uma ruptura política, mas também um ataque à transformação cultural promovida pelo governo de Salvador Allende. A valorização da cultura popular e a nova estética participativa representavam uma ameaça simbólica às elites conservadoras, que reagiram tentando restaurar sua hegemonia cultural por meio da violência e da repressão. Além disso, o golpe contou com apoio dos Estados Unidos, em um contexto de Guerra Fria. Tendo como comandante Augusto Pinochet, a ditadura militar chilena foi marcada por repressão, censura e implantação de políticas neoliberais autoritárias. Essa nova ordem desmantelou direitos sociais, eliminou liberdades e impôs um modelo de sociedade excludente e conservador, com impactos profundos na política e na identidade chilena (Errázuriz, 2009; Simões, 2012; Mendes, 2013).

De acordo com Ricardo A. S. Mendes (2013, p. 174), em seu artigo intitulado *de 40 anos do 11 de setembro, o golpe militar no Chile*, assinala que “em 11 de setembro de 1973, desenrolou-se a deposição do governo democraticamente eleito de Salvador Allende, acabando com a primeira experiência socialista democrática no mundo”. Silvia Sônia Simões em seu texto *O Golpe de Estado e a primeira fase da ditadura civil-militar no Chile*, aponta que “no dia 11 de setembro a Junta [Militar del Gobierno] deu a conhecer, por meio do *Decret Ley N°1 – Acta de Constitución de la Junta del Gobierno* –, tanto as razões invocadas para a ação golpista” (Simões, 2012, p. 6). Para ela,

os militares justificaram o golpe como consequência da ilegitimidade e ilegalidade do governo da UP [Unidade Popular], atribuindo a si próprios uma legitimidade fundada no direito e na justiça: o golpe teria sido uma necessidade imperativa, pois o presidente Allende teria violado a Constituição (Simões, 2012, p. 8)

Dessa forma, “o “breve governo “socialista” da Unidade Popular foi encerrado de forma extremamente violenta, com a morte do presidente dentro do *Palácio La Moneda* diante de um bombardeio encaminhado pelas forças lideradas pelo General Augusto Pinochet” (Mendes, 2013, p. 174). Nas palavras de Luís Hernán Errázuriz, em seu artigo *Dictadura Militar en Chile: antecedentes del golpe estético-cultural*, o golpe também “iniciou um processo de erradicação de seu poder simbólico na esfera

artística e cultural. O objetivo fundamental desta operação era apagar qualquer vestígio de reminiscência associado ao período de Salvador Allende” (Errázuriz, 2009, p. 139).<sup>4</sup>

Por conseguinte, no ano que antecede ao golpe, em 1972, o jornal destaca que “Queriam matar Allende: Conspiração da Direita” (OEMT. 29 de mar., 1972, p. 2). O texto anuncia que

O ministro chileno do Interior, Hernan del Canto, revelou ontem numa entrevista coletiva que o plano de conspiração da ultra direita “Pátria e Liberdade” visava o assassinato do presidente Salvador Allende, a tomada do Palácio do Governo, e libertar do cárcere o general da reserva Roberto Viaux. Este general foi o líder frustrado do golpe de 1970 para impedir que Allende assumisse o poder e que culminou com assassinato do chefe do Exército, general Renê Schneider (OEMT. 29 de mar., 1972, p. 2).

Mais de um ano antes e este jornal já anunciava a hostilidade e as conspirações de tomada de poder, além da tentativa de assassinato do então presidente chileno, Salvador Allende. E ainda revela outra tentativa de golpe no ano de 1970. A primeira menção registrada pelo jornal sobre o dia 11 de setembro de 1973 só veio dias após os acontecimentos. Pouco mais de 10 dias após o golpe de Estado, o periódico matogrossense divulga em suas páginas que a Bulgária teria rompido relações com o Chile. Assim informa: “Bulgária acusa novos dirigentes do Chile de “terror sangrento frente a personalidades governamentais e progressistas e frente a todo povo chileno”. Com a Bulgária, já são três governos socialistas da Europa Oriental que romperam relações com o Chile” (OEMT. 23 de set. 1973, p. 9). Mais abaixo, sob o mesmo título, é anunciado e confirmado pelo general chileno da aviação e membro da Junta Militar, Gustavo Leigh, que “A operação militar para derrubar o presidente Salvador Allende foi decidida 9 de setembro (dois dias antes do golpe)” (OEMT. 23 de set. 1973, p. 9). Em outra publicação, com o título de “Refugiados chegam à Argentina e França”, uma parte do texto que provavelmente foi redigido por algum jornal argentino e também publicado no *O Estado de Mato Grosso*, revela que:

Em um avião da Força Aérea argentina chegaram ao aeroporto internacional de Ezeiza, a 33 quilômetros de Buenos Aires, outros cinquenta asilados que se encontravam na embaixada

<sup>4</sup> Para Mendes, o dia de “11 de Setembro chileno” se apresenta ainda com uma profunda carga simbólica, tanto para os opositores do regime quanto para seus defensores. Para os primeiros, a data caracteriza a interrupção de uma experiência única no Chile e na América Latina, enquanto para outros significa o início da reconstrução do país através de uma obra transformadora, de sucesso e que salvou a sociedade chilena. Percebendo esse simbolismo, o governo de Pinochet – salvaguardado institucionalmente pelas Forças Armadas chilenas e respaldado por setores da sociedade -, buscou impedir, com relativo sucesso, o desenvolvimento de um relato negativo acerca do que aconteceu nessa data e a partir dela (Mendes, 2013, p. 184).

argentina em Santiago do Chile, após o golpe militar que depôs Salvador Allende (OEMT, 5 de out. de 1973, p. 5).

Em 1974, o título “Difícil Papel no Regime de Allende” anuncia que “por ironia do destino, a primeira vítima chilena da violência na Argentina foi o ex-comandante-chefe do Exército e ex-ministro da Defesa, general Carlos Prats, também vice-presidente da República durante o governo de Allende” (OEMT, 2 de out. de 1974, p. 1). Em 1977, uma pequena manchete do jornal indica que governo militar chileno prorrogou “por mais seis o estado de sítio no país. [...] O estado de sítio é imposto no Chile desde o golpe militar de 11 de setembro de 1973 que derrotou o governo da unidade popular do presidente Salvador Allende” (OEMT, 12 de mar. de 1977, p. 3). Isto é, o jornal apresentando em suas páginas que o cenário político no Chile de 1973 em diante se deu a partir de um golpe de Estado militar que instaurou uma ditadura militar até 1990. Ao trazer isso em suas publicações, o jornal não só apresenta o contexto internacional do país vizinho, mas reconhece e legitima em seu discurso.

Já o contexto da Argentina na década de 1970 é outro. A ditadura militar argentina (1976-1983) foi resultado de uma combinação de fatores internos e externos, inseridos no contexto da Guerra Fria. Os interesses geopolíticos dos Estados Unidos foram fundamentais no apoio ao golpe militar, sob a justificativa do combate ao comunismo. Internamente, as Forças Armadas, amparadas nesse cenário, instauraram um regime marcado pela repressão, censura e práticas sistemáticas de terrorismo de Estado. Relatos oficiais tentaram legitimar a violência como parte de uma suposta “guerra contra a subversão”. A partir desse cenário, a disputa em torno da memória da ditadura se tornou um dos principais desafios no período democrático. A memória do regime é marcada por tensões entre as narrativas oficiais, que buscavam justificar os crimes de Estado, e as construções advindas dos movimentos de direitos humanos, familiares de vítimas e da sociedade civil (Capelato, 2006; Morgenfeld, 2014; Rojas, 2014).

Maria Helena Capelato em seu artigo *Memória da Ditadura Militar Argentina: um desafio para a história*, de 2006, aponta que a década de 1970 na Argentina se “iniciou sob o signo da violência e a radicalização dos conflitos sociais e políticos acabou provocando o fim da ditadura e a preparação do terreno pro retorno do ex-presidente Juan Domingo Perón à cena política” (Capelato, 2006, p. 65). Quando ela menciona uma ditadura antes de 1976, a autora se refere a outro golpe que Argentina sofreu em 1966 pelo general Juan Carlos Onganía. Em suas palavras, em 1966 começou “um regime militar que prometia lutar contra o comunismo e restabelecer a ordem do país” (Capelato, 2006, p. 65).

Com a morte de seu marido, e após Maria Estela Martinez de Perón assumir o governo, “os conflitos sociais atingiram o ponto culminante e sua gestão foi corroída pela luta política” (Capelato, 2006, p. 65). Nem mesmo a intensa repressão de seu governo foi capaz de mantê-la no poder. A Argentina se encontrava em tamanha crise social, política e econômica que a acabou preparando “o terreno para o chamado Estado Terrorista” (Capelato, 2006, p. 66).

Em 1975, menos de cinco meses antes do golpe de Estado de 24 de março de 1976, um trecho de uma notícia relata:

A presidente, cujo afastamento definitivo foi pedido pelos peronistas dissidentes e por todos os partidos da oposição, volta na cabeça apoiado pelos judicialistas incondicionais. O líder dessa corrente é o ministro do Interior, Angel Robledo, vice-presidente do partido majoritário (OEMT, 18 de out. de 1975, p. 2).

Quatro dias antes do golpe, o jornal mato-grossense divulga um grande título: “Um possível Golpe de Estado na Argentina”. O texto abaixo alega que “os homens políticos argentinos declararam ontem que a República está em perigo e nos meios governamentais e sindicais se manifestaram publicamente que se teme a um golpe de Estado militar” (OEMT, 20 de mar. de 1976, p. 1). Exatamente no dia 24, uma publicação informa que a Casa Rosada estava sem comunicação e que os tanques avançavam em direção de Buenos Aires. “Enquanto rumores de renúncia da presidente [...] rompiam a madrugada, os partidos políticos concluíam uma reunião para reafirmar sua vocação pela vigência das Instituições e do regime democrático.” Logo mais adiante, o texto indica que “importantes movimentos de tropas foram verificados, ao mesmo tempo, na Província e nas imediações de Buenos Aires” (OEMT, 24 de mar. de 1976, p. 1). Um dia após o golpe, *O Estado de Mato Grosso* publica uma edição em que consta como foi a recepção do Brasil em relação ao golpe militar argentino. Assim expressa: “Brasil Recebe Notícia de Golpe Sem Surpresa”, e o texto que segue revela as seguintes palavras:

A notícia da destituição da presidente da Argentina Maria Estela Martinez de Perón pelas Forças Armadas de seu país na madrugada de ontem não causou surpresa. [...] Os jornais brasileiros de terça-feira última anunciam a iminência do golpe de Estado na Argentina que, na opinião de especialistas deste país, era questão de horas (OEMT, 25 de mar. de 1976, p. 1).

Ainda em 1976, também é publicado em suas páginas acerca da recusa de Isabelita de uma defesa, e posteriormente ela então aceitou a Defesa Oficial em seu processo. Além disso, o jornal registra a transferência da ex-presidente deposta no golpe à uma prisão em Buenos Aires (OEMT, 3, 13 e 30 de out. de 1976). E em 1977, notícias apontam para uma escalada de violência e duas grandes

greves já no primeiro ano da ditadura militar liderada pelo General Jorge Rafael Videla (OEMT, 7 de abr. e 4 de nov. de 1977).

Para se encaminhar ao final desta parte, vale a ressalva de que *O Estado de Mato Grosso* publica e divulga notícias sobre o cenário internacional, pois este mantinha diálogo com a imprensa do exterior no período da ditadura militar. Essa relação se mantinha com periódicos estadunidenses, da Europa ou da própria América Latina. Na década de 1970, é possível observar com quais agências de notícias e jornais que este periódico mantinha relações e ainda (re)apresentava em suas páginas no âmbito Internacional. Este contava com o *DPA*, *ANSA*, *SIP*, *LAD*, *USIS*, *DAD*,<sup>5</sup> e setores informativos de governos estrangeiros. Além disso, o jornal não costumava assinar todas as suas notícias com as siglas das agências e jornais de quem recebiam as informações sobre o contexto internacional. Em sua maioria só mencionava as cidades ou os países de onde aquelas notícias se referiam.

Em suma, a maneira como o jornal aborda os golpes de Estado nos países vizinhos ajuda a afirmar a diferença entre o contexto brasileiro e o internacional. Ao usar termos como “revolução”, “movimento revolucionário” ou “revolução democrática” e destacar a comemoração do dia 31 de março, o jornal busca, também, construir uma memória positiva do regime militar brasileiro, legitimando-o e reforçando sua separação dos eventos estrangeiros.

### **Entre História e Memória: um exercício de aproximação teórica**

Este item é importante para se pensar os discursos construídos em torno dos aniversários da “revolução” no Brasil. Aqui, trata-se de um viés apresentado por um jornal mato-grossense de forma a fomentar e legitimar a dita “revolução democrática” e afastar os perigos de uma associação com o que estava exposto no cenário externo na América do Sul. No entanto, os perigos não são só o de associação, como também a possível deslegitimação dessa nova autoridade instaurada no início de

---

<sup>5</sup> Possibilidade de significados: *DPA* se refere a *Deutsche Presse-Agentur*, uma imprensa internacional de notícias da Alemanha Ocidental, fornecendo informações especialmente sobre a Europa e a política internacional. *ANSA* é a sigla para *Agenzia Nazionale Stampa Associata*, uma agência italiana que mantinha fornecimento de material internacional para jornais latino-americanos. *SIP* se refere a *Sociedad Interamericana de Prensa*, embora não fosse uma agência de notícias. *USIS* significa *United States Information Service*, que era considerado o braço de propaganda da diplomacia. Enviava aos jornais materiais sobre a política externa dos EUA, cultura americana, avanços científicos, etc. *DAD* pode ter sido alguma outra agência internacional de notícias com fornecimento de material para jornais brasileiros. Não foi possível descobrir o que significa.

1964. Sobre isso. Maridulce Ferreira Lustosa, em seu artigo *Autoridade na contemporaneidade: do conceito à acepção*, de 2012, pontua que:

Historicamente, não é pouco comum, nas diversas culturas, o estabelecimento de referências e modelos estabelecidos para servir como exemplos de padrão superior de comportamentos a serem seguidos. Assim, dentre outras formas, a autoridade tem sido construída historicamente nas relações sociais. Logo, pressupõe-se, em caráter introdutório, que a autoridade é a interpretação de uma correlação de força, seja ela explícita ou implícita (Lustosa, 2012, p. 130)

Dessa forma, pode-se compreender que as comemorações do “aniversário da revolução” constantemente mencionadas pela imprensa matogrossense e sua efetiva realização registram uma correlação de força nas relações sociais, tanto de quem esteve presente nas festividades quanto de quem comprava o jornal e o lia. As comemorações apresentadas no jornal, então, operam numa dupla força: de construir uma memória e legitimar uma autoridade. Como Lustosa afirma que o “primeiro aspecto é o de que, ao se pensar sobre autoridade, um quesito essencial é o da valorização da legitimidade” (Lustosa, 2012, p. 131). Comemorar o aniversário da “Revolução” anualmente é, então, um processo de legitimação da autoridade ditadura militar através da memória que a própria comemoração constrói. “Autoridade pressupõe poder, e esse poder emana do povo [...] E esse sujeito povo faz-se presente como sujeito que interage com a realidade na qual está inserido, buscando modificá-la” (Lustosa, 2012, p. 136). Mas também, é interessante ressaltar que Hannah Arendt, em seu livro *Entre o Passado e o Futuro*, de 1979, mais precisamente no capítulo intitulado *Que é Autoridade*, afirma que “a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou” (Arendt, 1979, p. 120). Por essa interpretação, pode-se compreender que as comemorações apresentadas pelo jornal também operam como representação da autoridade desse novo regime que se instaurava, e sua repetição, consequentemente, contribuiu para sua legitimação. As comemorações noticiadas pelo jornal são, assim, capazes de construir memórias ao mesmo tempo que representa e legitima uma autoridade. Não obstante, também por ser compreendido, dessa forma, que nos longos 21 anos da ditadura no Brasil outras ferramentas políticas foram instauradas para manter o poder e controle da sociedade além da violência, força e repressão.

De acordo com Pierre Nora em *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, de 1993, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (Nora, 1993, p. 13). Ele acrescenta que a “memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos” (Nora,

1993, p. 25). Mas este lugar da memória também é “material, simbólica e funcional” (Nora, 1993, p. 21) Por isso ele entende que:

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno uma maioria que deles não participou (Nora, 1993, p. 22).

O que está sendo analisado aqui se refere à recepção da apresentação dessa comemoração pelo jornal. A parte funcional desses “aniversários da revolução” mencionados no periódico é entender aqui que sua constante repetição e transmissão nos registros constrói o que Nora chama de “cristalização da lembrança”. E seu aspecto simbólico é, por sua vez, a representação de um passado, não como tal aconteceu, mas uma outra significação atual daquela lembrança, daquela comemoração representada apresentada no periódico lida e transmitida por um segundo público, os que vieram depois ou os que não fizeram parte de sua primeira significação.

No entanto, ao pensar essa memória gestada pelas comemorações noticiadas pelo jornal, é possível trazer agora Paul Ricoeur para discutir a parte funcional e simbólica como resultado de uma construção manipulada dessa memória.

Quando em sua discussão sobre a polaridade de busca/evocação da memória, Paul Ricoeur, ainda na primeira parte de seu livro *Memória, História e Esquecimento*, diz que “boa parte da busca do passado se encaixa na tarefa do não esquecer” (Ricoeur, 2007, p. 48). Ricoeur acrescenta, afirmando que “a busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar, contra o esquecimento” (Ricoeur, 2007, p. 48). A escolha do dia 31 de março como a marca da “revolução democrática” pelos militares e por conseguinte essa recordação sendo efetivada nas páginas do jornal *O Estado de Mato Grosso*, assim, representa o 31 de março de 1964 como luta contra o esquecimento. Pode ser pensando, inclusive, que o esquecimento dos acontecimentos do final de março e início de abril 1964 seja uma ameaça, um perigo, ao discurso dos militares para a tomada do poder. Isso, então, provocaria a desestabilização do poder da nova autoridade, isto é, sua legitimidade podendo, então, ser questionada.

Segundo Michael Pollak, em seu artigo *Memória, Esquecimento e Silêncio*, de 1989, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis” (Pollak, 1989, p. 9). Além disso, Pollak afirma que “o trabalho permanente de reinterpretação do passado é

contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos (Pollak, 1989, p. 10) Assim, “o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história” (Pollak, 1989, p. 9). Logo, as representações fornecidas pelo jornal das comemorações dos “aniversários da revolução” são este material necessário para manter a coesão e que é capaz de construir e enquadrar essa memória do regime ditatorial. Pelo termo funcional da memória, o que está em jogo é o suposto medo de se esquecer. Pelo termo simbólico, a lembrança nunca é a mesma na continuidade, isto é, a primeira significação sofre com o tempo.

Ricoeur (2007), quanto a questão da memória impedita e manipulada, enfatiza que “aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados por um estado de direito precário. A glória de uns foi a humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde à execração, do outro” (Ricoeur, 2007, p. 92) O lugar de memória é o mesmo, as comemorações dos “aniversários da revolução democrática”, mas sua representação e reinterpretação na continuidade, no tempo, causa o que considera por uns, *excesso de memória*, de outro, a *insuficiência de memória*. Assim prossegue:

O *excesso de memória* lembra muito a compulsão de repetição, a qual [...] leva a substituir a lembrança verdadeira, pelo qual o presente estaria reconciliando com o passado, pela passagem do ato: quantas violências no valem como *acting out* “no lugar” da lembrança (Ricoeur, 2007, p. 92)

Para Ricoeur, “o cerne da problemática é a mobilização da memória a serviço da busca da demanda, da reivindicação de identidade” (Ricoeur, 2007, p. 94). Sobre isso, ele destaca três causas de fragilidade dessa memória manipulada. A primeira é o tempo, e ele argumenta que o tempo “cria dificuldades em razão do caráter ambíguo da noção do mesmo, implícita na do idêntico” (Ricoeur, 2007, p. 94) Ou seja, voltada a atenção para as comemorações, a sua primeira significação não é mesma que a comemoração realizada em 1985, no final da ditadura, por exemplo. Ela sofre. Memória e imaginação criam laços de proximidade. A segunda causa dessa fragilidade é o outrem percebido como ameaça que, de acordo com Ricoeur, “por se outro, passa ser percebido como um perigo para identidade própria (Ricoeur, 2007, p. 94). Nesse sentido, identifica-se no discurso comemorativo do aniversário da “Revolução” de 1964 um ataque aos subversivos, aos ditos comunistas, e outras minorias. A construção dessa memória vangloria uns e desfoca, colocando esse outro num estado quase nulo de sua própria existência. A terceira fragilidade é o que ele chama de “herança da violência fundadora”. Prossegue ao afirmar que “celebramos como nome de acontecimentos fundadores, são

essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário” (Ricoeur, 2007, p. 95). É inegável que o golpe de 1964 não somente promoveu a violência física, como a psicológica e a constitucional. Como o próprio Paul Ricoeur observa em outro livro, *Hermenêutica e Ideologias*, de 2013, é que:

em primeiro lugar, a escrita torna o texto autônomo relativamente a intenção do autor. O que o texto significa não coincide mais com o aquilo que o autor quis dizer. [...] O texto deve poder [...] descontextualizar-se de maneira dizer-se recontextualizar numa nova situação: é o que justamente faz o leitor (Ricoeur, 2013, p. 62).

Aqui também é válida uma menção a Roger Chartier. O capítulo *Textos, Impressos, e Leitura* de seu livro *História Cultural: entre práticas e representações*, publicado em 2002, refere-se à importância de se considerar alguns pontos ao se trabalhar com textos, impressos e suas possíveis formas de leituras. Para começar, a ideia de representação de Chartier pode ajudar a compreender o discurso dos jornais dos quais se referem, sobretudo as comemorações. Ele elucida que textos “são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas” (Chartier, 2002, p. 136). Isto é, ao se pensar na construção da memória, nos objetivos e seleção específicas pelo Estado das comemorações (re)apresentadas no jornal, imagina-se que a “unificação” desta memória não poderá ser entendida como “nacional”, já que os discursos acerca destas datas celebrativas provavelmente promoveram múltiplos usos de sua interpretação.

Considerando o texto redigido no jornal entre os anos de 1972 e 1977, é provável que a intenção inicial dos editores não fosse de construir memórias. No entanto como dito acima, quando o texto sai de seu lugar de criação, e é divulgado, não terá a mesma interpretação ao ser recebido pela sociedade. Dessa forma, essa ação acaba construindo memórias. Como Ricoeur sugere, as publicações se prestarão às ideologias. É possível também expandir esse pensamento para além das comemorações, e considerar que as memórias construídas no começo da ditadura militar apresentam uma representação distante e possivelmente modificada ao final do regime. Está longe de ser idêntica àquela do evento inaugural. Assim como seus sentidos e significações.

Por conseguinte, os aniversários da “Revolução” apresentados e representados pelo jornal ajudaram construir uma memória positiva do regime e a legitimar sua autoridade. Mas também com o interesse de manipular o esquecimento com o manuseio dessa memória. Por essa lógica, Jeanne Marie Gagnebin também comenta que

pode haver muitas afinidades entre a compleição melancólica e a "obsessão comemorativa" [...]. Uma obsessão que também pode reinstalar, infinitamente, os sujeitos sociais no círculo da culpabilidade, da auto-acusação e da auto-justificação, que permite, em suma, permanecer no passado em vez de ter a coragem de ousar enfrentar o presente (Gagnebin, 2006, p. 105).

As celebrações seriam, então, uma forma de auto-justificação, que nessa obsessão comemorativa, traria a importância e a coerência de se festejar esse passado, de se reverenciar a esse ausente no presente. A partir disso seria possível se afastar de associações com o contexto dos países vizinhos e barrar tentativas de deslegitimação dessa nova autoridade que exerceu, segundo o próprio ponto de vista do regime, uma “revolução democrática” e não um golpe, como os próprios reconhecem em outros países da América do Sul nesse período.

### Considerações finais

A partir do que foi discutido, pode-se considerar que as comemorações apresentadas nas edições do jornal *O Estado de Mato Grosso* operam em duas frentes: na luta contra o esquecimento quanto ao momento anterior de 1964 e na construção, ao mesmo tempo, de um enquadramento de uma memória que afere a importância e legitimização do dia 31 de março. Com essa narrativa, é possível que as comemorações anunciadas pelo jornal tenham favorecido um distanciamento, político e social, entre o cenário brasileiro e o contexto internacional. O discurso do jornal é “a perspectiva do narrador”, ou seja, o “da vitória” (Cardoso, 2011, p. 135).

O enquadramento dessa memória como ferramenta política do Estado sinalizou as “glórias, a positividade, os benefícios” da ditadura ao mesmo que manipulava o esquecimento e construía uma narrativa legitimadora do regime ao passo que também reconhecia e legitimava os acontecimentos políticos na Argentina e Chile. “Assim, mascara a existência de classes sociais e passa a ‘naturalizar’ o processo social, ocorrendo a afirmação e a negação de valores contraditórios: ordem *versus* caos” (Cardoso, 2011, p. 135).

Com isso em mente, é provável que esse foi um dos instrumentos políticos do regime militar para se manter de 1964 a 1985, pois é sabido que, por mais que tenhamos experimentado extrema violência nesse período de 21 anos, o Estado brasileiro teve outras formas de apresentar seu poder, e aqui pode-se dizer que uma dessas formas são as comemorações dos aniversários da “Revolução de 31 de março”.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Rafael Assumpção de. **A boa sociedade: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar.** Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- AMEDI, Nathalia da Costa. A cidade res(significada): a ideologia de modernização de Cuiabá no período pós-divisão do Estado de Mato Grosso. **Revista Angelus Novus.** N. 4, 2012.
- ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade.** São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena. Memória da Ditadura Militar Argentina: um desafio para a história. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica.** N. 24, 2006.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. **Revista Brasileira de História.** V. 31, nº 62, 2011.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. *In:* CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** 2<sup>a</sup> ed. Algés-Portugal: Difel, 2002.
- CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festear o presente: as comemorações do sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972).** Tese. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo.** N° 28, 2009.
- ERRÁZURIZ, Luís Hernán. Dictadura Militar en Chile. Antecedentes del golpe estético-cultural. **Latin American Research Review.** Vol. 44, n. 2, 2009.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento.** Florianópolis, v. 9, n. 20, 2017.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. O que significa elaborar o passado? *In:* GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2006.
- Jornal **O Estado de Mato Grosso.** Cuiabá, 1939 -1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História** Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

LUSTOSA, Maridulce Ferreira. Autoridade na Contemporaneidade: do conceito à acepção. **Revista Trilhas da História**. V. 2, n. 3 jul-dez, 2012.

MENDES, Ricardo A. S. 40 anos do 11 de setembro: o golpe militar no Chile. **Revista Estudos Políticos**

MONGERFELD, Leandro. Argentina y Estados Unidos, golpe a golpe (1966-1976). **Revista SAAP**. Vol. 8, n. 2, nov, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**. v. 14, n. 26, jan.-jul. 2013.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**. V. 43, n. 2, mai.-ago., 2017.

NETO, Vitale Joanoni. Notícias de um Brasil distante: golpe e ditadura em Mato Grosso e seu entorno, no sul da Amazônia brasileira. **Estudos Históricos**. V. 37, n. 82, 2024.

NORA, Pierre. Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. V. 10, dez, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. V. 2, n. 3, 1989.

RICOEUR, Paul. **A Memória, A História, O Esquecimento**. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e Ideologias**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ROJAS, Gonzalo Adrián. A ditadura militar na Argentina (1976-1983): retomando algumas hipóteses frente a relatos oficiais. **Lutas Sociais**. Vol. 18, n. 23, jan-jun, 2014.

SIMÕES, Silvia Sônia. O golpe de Estado e a primeira fase da ditadura civil-militar no Chile. **Espaço Plural**. Vol. 13, n. 17, jul-dez, 2012.

SOTANA, Edvaldo Corrêa. João Goulart nas páginas d'O Estado de Mato Grosso (1961-1964). **Tempo e Argumento**. Florianópolis/SC, volume. 11, n. 26, p. 402-430, jan.-abr., 2019.

ZICMAN, Renée Baratta. “História da Imprensa: algumas considerações metodológicas”. **Projeto História**. Vol. 4, 2012.

ZIMMERMANN, Ana Carolina. **O 31 de Março e a invenção da “Revolução”: Comemorações e atitudes sociais nos aniversários do golpe de 1964 durante a ditadura militar brasileira**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.